

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Incumprimento da obrigação de alimentos como fator de risco de pobreza infantil: impacto nas famílias monoparentais femininas

***Non-payment of child support as a risk factor for child poverty: the impact
on female-headed single-parent households***

Ana Raquel BARBOSA¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o nexo de causalidade entre o incumprimento da obrigação de alimentos e o risco de a criança se encontrar, ou de se vir a encontrar, em situação de pobreza. Os riscos de pobreza infantil estão associados sobretudo às famílias monoparentais que, na sua esmagadora maioria, são constituídas por mulheres e crianças a seu cargo. Estas, por sua vez, estão mais propícias a uma situação de pobreza, cujas causas se encontram em diversos lugares que a literatura sociológica tem vindo a identificar. As famílias monoparentais femininas apresentam um nível de vida muito inferior em comparação com o da família antes do divórcio ou separação e com o do progenitor não residente. Trata-se de um fenómeno que vem sendo apelidado e estudado, desde 1978, nos EUA, de *feminização da pobreza*. Sabe-se, também, que as resoluções judiciais e os acordos relativos ao exercício das responsabilidades parentais e às obrigações de alimentos não têm o sucesso que deveriam ter. Aliás, mostra-se generalizado o sentimento de que estas decisões são frequentemente desrespeitadas e que os infratores beneficiam de grande impunidade. Ninguém duvida, no entanto, do impacto que esse comportamento acarreta para todos os envolvidos, especialmente para as crianças. A privação dos alimentos expõe a criança e o agregado familiar que com ela resida a um sacrifício financeiro exponencial, gerando um impacto negativo significativo na vida daquelas e nas dinâmicas familiares. Estas podem enfrentar carências materiais, dificuldades na continuidade escolar, problemas de saúde e de desenvolvimento, além de que todo o stress causado pelo conflito parental e pela insegurança financeira pode afetar o seu bem-estar psíquico-emocional. No que se refere ao enquadramento teórico, a análise apoia-se maioritariamente em estudos

¹ Professora Auxiliar na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto. Doutora em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9167-9447>. O presente trabalho de investigação foi elaborado ao abrigo de uma bolsa de doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/2022.10160.BD>.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

realizados pela doutrina estrangeira e portuguesa, assim como em dados estatísticos fornecidos pelo INE, que analisaram, precisamente, a correlação existente entre o incumprimento da obrigação de alimentos, a pobreza infantil e a feminização da pobreza. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa, através da coleta bibliográfica e legislativa. Os resultados obtidos demonstram que o incumprimento da obrigação de alimentos é um fator de risco de pobreza infantil e, segundo alguns estudos, o bem-estar da criança é comparativamente mais baixo em famílias monoparentais. Admite-se, no entanto, que tal se deve a uma multiplicidade de fatores, por vezes alheios à estrutura familiar. O fator mais importante que justifica a diminuição do bem-estar das crianças nas famílias monoparentais é, precisamente, a ausência ou limitação de recursos do progenitor que com ela reside habitualmente. Assim, o estudo contribui para evidenciar o impacto que o incumprimento da obrigação de alimentos acarreta, impondo-se aos juristas contemporâneos a tarefa de rever nos institutos jurídicos – *maxime* em sede de execução – soluções que possam atenuar aquele fenómeno.

Palavras-chave: incumprimento da obrigação de alimentos; pobreza infantil; feminização da pobreza.

ABSTRACT

This study aims to analyse the causal nexus between the non-payment of child support and the risk of a child being, or becoming, in a situation of poverty. Risks of child poverty are primarily associated with single-parent households, which are overwhelmingly composed of women and dependent children. These households, in turn, are more vulnerable to situations of poverty, the causes of which have been identified in various domains by sociological literature. Female-headed single-parent households exhibit significantly lower standards of living when compared both to the pre-divorce or pre-separation family unit and to the non-resident parent. This phenomenon has been referred to and studied, since 1978 in the United States, as the “feminization of poverty.” It is also well established that judicial decisions and agreements concerning the exercise of parental responsibilities and child support obligations do not achieve the level of effectiveness that would be expected. Indeed, there is a widespread perception that such decisions are frequently disregarded and that offenders benefit from a significant degree of impunity. There is, however, no doubt as to the impact of such conduct on all parties involved, particularly children. The deprivation of child support exposes both the child and the household in which they reside to a substantial financial burden, generating a significant negative impact on their lives and on family dynamics. These may include material deprivation, difficulties in educational continuity, health and developmental problems, as well as the psychological and emotional effects of parental conflict and

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

financial insecurity. Regarding the theoretical framework, the analysis is primarily based on studies conducted by both foreign and Portuguese scholarship, as well as statistical data provided by the National Institute of Statistics (INE), which have specifically examined the correlation between non-payment of child support, child poverty and the feminization of poverty. From a methodological standpoint, the research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and legislative review. The results obtained demonstrate that the non-payment of child support is a risk factor for child poverty and, according to some studies, child well-being is comparatively lower in single-parent households. It is nevertheless acknowledged that this is due to a multiplicity of factors, sometimes unrelated to family structure. The most significant factor explaining the lower level of child well-being in single-parent households is precisely the absence or limitation of resources of the resident parent. Accordingly, this study highlights the impact of child support non-payment, underscoring the need for contemporary legal scholars to reconsider legal mechanisms – particularly in enforcement proceedings – in order to mitigate this phenomenon.

Keywords: non-payment of child support; child poverty; feminization of poverty.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO

